



8ª Reunião Regional Europeia
João Proença – Secretário Geral da UGT
Delegado dos Trabalhadores Portugueses

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente
Senhor Director Geral
Senhoras e Senhores Delegados
Senhoras e Senhores

Em nome dos trabalhadores portugueses felicito o Sr. Presidente pela sua eleição, que é motivo de regozijo para todos nós.

Saúdo também o Sr. Director Geral, Embaixador Juan Somavia, felicitando-o pela sua reeleição à frente da OIT, permitindo a continuidade do excelente trabalho que vem realizando na defesa do trabalho digno e do diálogo social.

Esta reunião decorre num momento de grave crise financeira, económica e social a nível mundial e que também se faz sentir fortemente em Portugal.

O aumento acelerado do desemprego e da insegurança do emprego é motivo de grande preocupação para os trabalhadores, exigindo-se a tomada de medidas coordenadas a nível internacional, com especiais responsabilidades da Europa e, em particular, da União Europeia.

Cada País tem que assumir a sua quota-parte nas acções a desenvolver, em defesa do sector produtivo e do emprego.

Em primeiro lugar, através de medidas visando a criação de postos de trabalho e a dinamização da economia, o que passa necessariamente pelo aumento do investimento, particularmente em infra-estruturas no sector social – escolas, saúde e protecção das crianças e dos idosos -, nas energias renováveis e nos empregos verdes, privilegiando

os pequenos investimentos locais, com maior e mais rápido efeito na criação de emprego.

Em segundo lugar, através do reforço das políticas de emprego, na defesa da manutenção do emprego e no reforço da protecção social dos desempregados e das famílias mais atingidas pela pobreza e exclusão. Especial atenção deve ser dada aos trabalhadores precários, que são os primeiros a ser atingidos pelo desemprego, pelo que as medidas de incentivo à criação e manutenção de emprego também devem abranger a conversão de vínculos precários em vínculos permanentes.

Cada Governo tem que afectar a estas medidas os recursos financeiros necessários e, por isso somos contra uma descida generalizada da carga fiscal, por tal afectar negativamente os recursos necessários para o investimento e o emprego.

Mas também as empresas têm especiais responsabilidades, devendo ser fortemente penalizados comportamentos empresariais de recurso abusivo aos despedimentos, à suspensão da laboração ou às deslocalizações da actividade produtiva. Mais do que nunca os empresários e as empresas têm que assumir a sua responsabilidade social.

Não são aceitáveis comportamentos empresariais pouco éticos ou violadores da lei, sendo prioritárias acções de reforço da Inspeção e dos Tribunais de Trabalho de modo a fazer respeitar a lei e evitar uma escalada em tais comportamentos ilícitos.

A ultrapassagem da actual situação está muito dependente de alteração da conjuntura internacional, mas também é da responsabilidade de cada um, no quadro das suas competências, contribuir para a sua ultrapassagem.

Assume aqui especial importância o reforço do diálogo social a nível macroeconómico, sectorial e de empresa, com especial destaque para a negociação colectiva na procura de soluções de compromisso, que permitam evitar despedimentos e criar condições de viabilidade das empresas. São indispensáveis acordos para o emprego, mas não devemos esquecer que o aumento dos salários e das pensões tem efeitos muito importantes no relançamento económico.

Mas a crise também veio destacar que são de fundamental importância:

Em primeiro lugar, a intervenção do **Estado** nas áreas económicas e sociais. É necessário mais e melhor Estado, no quadro de uma democracia política e de participação.

Em segundo lugar, que o **trabalho** é e será a base fundamental da criação de riqueza, o que muitas vezes foi esquecido na economia de casino em que assentou a globalização nos últimos anos.

Em terceiro lugar, a falência completa dum modelo de globalização assente na especulação financeira, na livre circulação de capitais sem regras, nos paraísos fiscais, numa competição internacional baseada na desregulação social e ambiental e no agravamento das desigualdades.

O movimento sindical sempre se bateu por uma globalização diferente. Temos que assumir que neste momento estamos perante uma janela de oportunidade na defesa de uma regulação global da globalização, em que assume papel fundamental o respeito pelas regras sociais estabelecidas nas Convenções Internacionais e, em particular, nas Convenções da OIT.

Reeiteramos o nosso compromisso na defesa do trabalho digno, como objectivo global e também a nível nacional. Há que promover a melhoria da qualidade do emprego, com um trabalho cada vez mais qualificado e melhor remunerado, com menos precariedade, com reforço do diálogo social a todos os níveis e com respeito pelo disposto na lei e nas Convenções.

O relatório apresentado a esta reunião pelo Sr. Director Geral merece todo o nosso apoio e mostra bem o papel fundamental da OIT na regulação da globalização, na defesa do trabalho digno e na construção de um Mundo mais justo e solidário.

Muito obrigado pela vossa atenção.